



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

O DIREITO A SAÚDE DA PESSOA SURDA: Desafios éticos/operacionais

SILVA, MILENA MELO DA¹

MENEZES, ANNA WALESKA NOBRE DE ²

RESUMO

O presente artigo aborda a relevância da comunicação entre enfermeiros e surdos tanto na assistência como também nas intervenções multiprofissionais da área de saúde. Apresentando como eram tratados os deficientes na antiguidade, tratando também da inclusão dos mesmos em meio à sociedade. Tendo como objetivo maior apresentar as peculiaridades que o paciente e equipe de enfermagem enfrentam e podem prejudicar a eficiência do atendimento por não saber a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Este artigo tratou-se de uma revisão bibliográfica onde foi feita análise de artigos da área de saúde, com busca nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), tendo como descritores: Comunidade Surda; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Sistema Único de Saúde (SUS); Humanização; Leis; Inclusão e Comunicação. Os resultados que esse artigo teve como fundamento encontrar uma solução para a falha da assistência de enfermagem referente aos portadores de deficiência auditiva e junto a ela fazer com que haja uma inclusão da LIBRAS em diversos âmbitos da vida cotidiana, principalmente em unidades de saúde. Para isso é preciso que comece na graduação, inserindo a LIBRAS como disciplina obrigatória para os cursos da área da saúde. Sabendo que tais soluções requerem vontade política e tempo, entendendo que não será nada fácil.

Palavras-Chave: Assistência. Comunicação. LIBRAS. Enfermagem.

¹ Acadêmica do curso de enfermagem do (UNI-RN) - milenamelo_melo@hotmail.com.br

² Docente/ Orientadora do (UNI-RN) - annawaleskinha@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na antiguidade as pessoas com deficiência seja ela qual fosse, não eram consideradas humanas. De acordo com Aranha (2003, p.3) “[...] as crianças que nasciam com qualquer deficiência eram abandonadas ao relento até a morte, sem maiores questionamentos” Com isso é possível notar que os mesmos eram considerados nada para a sociedade, e conseqüentemente o quantitativo de deficientes era mínimo.

Segundo Aranha (2003, p.3) “A custódia e o cuidado destas crianças, ou até mesmo adultos deficientes, passaram a ser assumidos pela família e igreja”. Diante disso e deficiência era vista como algum tipo de castigo, piorando bem mais a situação dos mesmos e ao decorrer dos anos o percentual de morte foi diminuído.

Segundo Manzoni; Almeida (2012, p.12 apud Foucault, 1979) “As pessoas com deficiência eram confinadas juntamente com criminosos, prostitutas, idosos, pecadores, e todos aqueles que a sociedade rejeitava, e que a ela não mais serviam”.

No ano de 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a “Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, que enfatizava o direito de respeito à dignidade humana e o de desfrutar uma vida decente, tão normal e plena quanto possível” (BRASIL, 1975).

“Apesar da mudança do Paradigma de Serviços (normalização) para o Paradigma de Suportes (inclusão), atualmente observa-se que estas modificações ainda não se enraizaram na prática.” Manzoni; Almeida (2012, p. 12). Nos dias de hoje não é diferente, mesmo com tais mudanças o deficiente é bastante esquecido, e é o que vamos perceber no decorrer deste trabalho.

Neste contexto o objetivo desse artigo é relatar o bloqueio de comunicação entre surdos e profissionais da saúde podendo ser considerado um obstáculo para a comunidade surda ao procurar serviços de saúde. Tal fato pode comprometer a qualidade de vida e saúde dessas pessoas, além de gerar possíveis complicações na relação médico-paciente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma pessoa portadora de deficiência é aquela que adquiriu tal deficiência ao nascer ou no decorrer da vida, podendo ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, e dificulta sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Cita Parker (1989, p.10) que “O conceito sobre deficiência auditiva ou surdez se trata da incapacidade parcial ou total da audição”, conhecida como hipoacústica que é um termo genérico que serve para definir a perda.

A hipoacústica é classificada em função do grau da perda auditiva, sua ordem e localização quando a lesão se localiza no ouvido externo ou médio. É denominada como deficiência de transmissão ou deficiência mista. Dependendo da intensidade da lesão, quando se origina no ouvido e no nervo auditivo, é chamada deficiência interna ou sensorineural (estágio agudo da deficiência auditiva).

Segundo o Censo Demográfico Brasileiro realizado em 2010 mais de 5.735.099 pessoas apresentou problemas auditivos, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que “os Portadores de Deficiência Auditiva (PDA) representam 1,1% da população brasileira, sendo que cerca de 0,9% dos brasileiros já nasceram surdos”.

A surdez pode ser causada em decorrência de origem congênita (deformidade e/ou alteração interna ou externa que ocorre no processo de formação do feto), doenças tóxicas desenvolvidas durante a gravidez ou adquirida, causada por viroses materna, predisposição genética, gerado por ingestão de remédios que lesam o nervo auditivo, exposição a sons impactantes e acidentes. Do total de PDA 21% tem grau intenso ou muito intenso de limitações, a maioria dos casos de perda auditiva total tem grau severo e profundo.

A deficiência auditiva como sendo a categoria maior, dentro da qual encontramos diversos graus de perda auditiva, variando da surdez leve 25 a 40 decibéis (db) a surdez moderada 41 a 55 db, a surdez acentuada 56 a 70 db, a surdez severa 71 a 90 db e a surdez profunda acima de 91 db, variando de acordo com o nível ou acuidade auditiva. (SASSAKI, 2010 p.2)

As pessoas que têm deficiência auditiva são comumente chamadas de Pessoa com Deficiência Auditiva (PDA), classificado como surdo e/ou mudo, os mesmos encontram dificuldade por não compartilharem a mesma língua de uma pessoa que escuta titulada como ouvinte.

Mudez e surdez são conceitos diferentes, o fato de uma pessoa ser surda não significa que seja também muda. A mudez é a ausência da voz e por muitas vezes associada à surdez porque os surdos de nascença por nunca terem ouvido, possivelmente não aprenderam a falar. Uma pessoa pode nascer muda, ou adquirir a mudez ao decorrer da vida, sendo ocasionada normalmente com a garganta, cordas vocais, língua e boca.

De acordo com o art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20/12/99, que regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24/10/89. “Portanto, “deficiência auditiva” e “surdez” significam a mesma coisa”

Inclusão é a Integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade, sendo essencial o exercício dos direitos humanos. E uma das formas de inclusão é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sendo a língua oficial do Brasil utilizada pelas pessoas com deficiência auditiva. A Libras foi reconhecida através da lei Nº 10.436 de 2002.

A LIBRAS “são estruturas gramaticais próprias, atribui-se às línguas de sinais, o status de “língua” é composta pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico”. [...] “denominado de palavra ou item lexical nas línguas oral-auditivas, portanto o diferencial da línguas de sinais das demais línguas é a sua modalidade visual-espacial”. (LELIS, 2016, p. 3).

Essa forma de inclusão é/ou deveria ser infundida desde o começo da descoberta da deficiência, para o melhor desenvolvimento tanto da escrita como labial estimulando eles ao aprendizado de diversas habilidades.

Sendo assim o ensino e aprendizado da LIBRAS deve ser bastante difundido também entre os ouvintes para que haja maior integração do deficiente auditivo na sociedade. A LIBRAS é o único meio de comunicação utilizada por eles para facilitar o convívio, e para atender as demandas do PDA foi sancionada a que dispõe sobre a

Libras, o Art 2º Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, em 19 de dezembro de 2000, decretando que

Considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. (BRASIL, 2002)

Essa dificuldade é bastante relatada pelo próprio deficiente auditivo, os quais declaram insatisfação com o atendimento de saúde em função do número mínimo de profissionais habilitados em LIBRAS.

2.1.1 O SUS e seus princípios: Uma inclusão necessária da pessoa surda.

A Federação de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), que tem como finalidade defender e lutar pelos direitos dos PDA, fazendo com que “haja a inclusão deles e a importância do aprendizado da LIBRAS em qualquer rede de unidade de saúde”, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 2015.

Destacando-se as Leis Nº 7.853/89 e Nº 8.080/90 chamada Lei Orgânica da Saúde com o Decreto Nº 3.298/99, capítulo II da Constituição de 1988.” É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências.”

Ao todo se faz necessário a garantia da assistência da saúde, tornando-se algo primordial, estabelecendo uma comunicação para atender as pessoas de forma integral atendendo suas necessidades.

“Devido à falta de conhecimento sobre suas limitações, na maioria das vezes o surdo é visto como rebelde ou como uma pessoa que não revela seus sentimentos.” (PAGLIUCA; FIUZA; REBOUÇAS, 2007, p. 348).

No Brasil, desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal e a consolidação do Estado Democrático de Direito, reconheceu-se a necessidade de garantir a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. (BRASIL, 1988)

O Ministério da Saúde tem tido uma atuação efetiva no sentido de incluir atenção à saúde da população portadora de deficiência no Sistema Único de Saúde (SUS). “De forma articulada entre os três níveis de governo, na perspectiva da universalização e integralidade da assistência e da descentralização das ações.”

A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde foi aceita pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em sua 198ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de junho de 2009, ao qual possui um documento, que tem como base seis princípios básicos de cidadania, no momento de procurar atendimento à saúde, tanto em rede pública como privada.

Sabendo que a comunidade surda é minoria, faz com que tenha maior dificuldade para o SUS quando se diz respeito aos desafios linguístico, por serem considerados um grupo de não produtivos; mesmo alguns tendo essa visão, a portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 inciso II do parágrafo único do art. 87 da constituição Federal decretou que:

É Direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência. (BRASIL, 2009)

E o Art. 4º diz que “Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos.”

Por esse motivo ainda existe uma preocupação enorme com o PDA aos quais enfrentam descriminação por serem diferentes de muitos e pelo sua limitação auditiva. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2007, promulgada como Decreto Nº 6.949, em agosto de 2009, nos princípios gerais enfatiza.

O respeito pela dignidade, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; a não discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade e o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito destas de preservar sua identidade. (BRASIL, 2009)

2.1.2 A Comunicação entre Usuário Surdo e os Serviços de Saúde.

Devido a barreira encontrada chega a ser impossível uma assistência digna, que é preciso ter integralidade e humanização em qualquer serviço e a qualquer ser. Aos profissionais que prestam assistência às pessoas com deficiência, especialmente em

serviços de habilitação e de reabilitação, deve ser garantida capacitação inicial e continuada.

É assegurado atendimento, segundo normas éticas e técnicas, que regulamentarão a atuação dos profissionais de saúde e contemplarão aspectos relacionados aos direitos e às especificidades da pessoa com deficiência, incluindo temas como sua dignidade e autonomia. (LBI 2015).

Deve-se manter sempre cientes de que os profissionais terá algo novo para aprender e a se qualificar, o exemplo mais prático é a LIBRAS pois é um dos meios de comunicação entre ambos para desenvolvimento de uma conversa e melhor atendimento. Assim, é importante ressaltar o processo de inclusão destes indivíduos em unidades de saúde, para facilitar o convívio e a qualidade de vida tanto familiar como individual.

Sendo assim a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 art.2º estabeleceu que “a Libras constituir-se em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.” Tornando-se assim mais um incentivo para o aprendizado mesmo sabendo que a maioria das instituições de ensino não releva muito essa lógica, deixando a LIBRAS como uma disciplina comum com pouca importância, até substituída por outras.

Como a deficiência auditiva atinge considerável parcela da população mundial, exige-se particular atenção nesse sentido, pois muitos profissionais, independentemente de estarem ou não preparados, podem se deparar com essa situação. Para enfrenta-la com sucesso, é indispensável o interesse profissional pelo assunto e a adaptação nas grades curriculares de cursos da área da saúde em geral. (PAGLIUCA; FIÚZA; REBOUÇAS, 2007, p. 417).

Claro que não podemos colocar a falha em apenas uma das partes, pois é evidenciado que a dificuldade na comunicação não é só a falta de capacitação dos enfermeiros, mas também a falta de intérpretes nos locais de trabalho.

“Em diversos casos, a patologia poderá agravar até que se consiga um intérprete, o que intensifica a necessidade do conhecimento da LIBRAS para que o atendimento seja rápido e eficiente.” (TRECOSSI; ORTIGARA, 2013 p. 2).

2.1.3 A Formação profissional de enfermagem e seus desafios éticos-operativos.

A consulta de Enfermagem é uma das atividades privativa dos enfermeiros. Esta consiste na criação do plano de cuidar, usada para avaliação das intervenções, detectando problemas futuros, que atende às necessidades do indivíduo ao todo, então devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde.

Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua, sendo capaz de ter um olhar crítico, de analisar os problemas e de procurar soluções para os mesmos. Para dar tal continuidade a uma assistência aos PDA em especial, o profissional deve obter dados mais precisos, cuidados adequados e assistência humanizada, demonstrando o cuidado e aprendendo a utilizar a LIBRAS como ferramenta de comunicação.

Na resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 em Diretrizes Curriculares de enfermagem, parágrafo Único, diz que: “A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento.” (BRASIL, 2001).

Uma das principais competências dos profissionais de saúde é a comunicação, eles devem ser acessíveis e manter a confidencialidade das informações a eles confiadas. Mesmo sabendo que a comunicação envolve comunicação verbal, não verbal, habilidades de escrita e leitura, ao qual somos acostumados a usar diariamente, não pode-se usar com os mesmos, pois eles possuem uma comunicação própria para ser usada em meio a sociedade.

Aprender LIBRAS o mais rápido possível seria o ideal para o profissional enfermeiro, porque somente assim haveria uma perfeita comunicação com seu cliente e não apenas compreender sua patologia. (CHAVEIRO; BARBOSA; CELMO, 2008).

3 METODOLOGIA

Este artigo foi realizado através de pesquisa bibliográfica baseado em revisão integrativa. Esta metodologia proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos sendo a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, possibilitando uma compreensão completa da análise.

Foram realizados estudos de artigos da área de saúde e de inclusão das pessoas com deficiência, sendo as principais bases: Constituições, SUS, Políticas Nacional da Humanização (PNH), Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), Manual de Legislação em Saúde da Pessoa com Deficiência, Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (PNSPD), carta de direito do usuário, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e as diretrizes curriculares do curso de enfermagem e outras publicações disponíveis online.

Para análise dessas informações, a fim de conhecer os direitos dos deficientes auditivos na rede de atendimentos hospitalares, foram utilizados artigos científicos que realizaram uma análise crítica sobre o tema abordado neste trabalho. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: Artigos publicados em português, inglês e espanhol; artigos na íntegra, foram utilizados artigos dos últimos 11 (onze) anos.

Para o levantamento bibliográfico realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Foram usados para a busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações nas línguas portuguesa: Comunidade Surda; LIBRAS; SUS; Humanização; Leis, inclusão e Comunicação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discursões foram organizados em obra, ano objetivo e conclusão com diferentes compreensões mas com o mesmo objetivo do artigo presente, contendo uma tabela com o título "assistência aos surdos na Saúde" nele totalizando 12 artigos na íntegra.

Quadro 1: Assistência aos surdos na Saúde

OBRA	ANO	AUTOR	OBJETIVO	CONCLUSAO
1- Acesso da Comunidade Surda à Rede Básica de Saúde.	2009	IANNI, Aurea; PEREIRA, Patrícia Cristina Andrade.	O objetivo é ressaltar que as UBS não podem negar assistência, principalmente em oportunidades diversas como a um surdo, mesmo que na unidade não possua um atendimento digno voltado para eles. Ao qual deveria ter 5% de funcionários adaptados a LIBRAS.	Por lei é obrigatório que toda rede que tenha assistência, ofereça diversos tipos de suporte às pessoas com deficiência.
2- Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência/Atenção Básica.	2012	TACCOLINI, Claudia Regina. ALMEIDA, Sandra Maria Vieira de Tristão.	O objetivo é fazer com que os gerentes das Unidades Básicas de Saúde tenham uma percepção sobre as peculiaridades do acesso da população surda aos serviços de sua Unidade	A assistência aos PDA ainda é bem dificultada e cabe aos gerentes das unidades oferecerem nos seus serviços uma consulta de qualidade.

3- Percepção da equipe de enfermagem acerca da assistência prestada ao deficiente auditivo.	2009	OLIVEIRA, Herina Rodrigues; LOPES, Keylla Silva; PINTO, Neila Maria de Moraes.	Conhecer a equipe de enfermagem que presta assistência aos deficientes auditivos e sua percepção quanto a dificuldades de comunicação.	À medida que contribui para a eficácia da comunicação e interação humana para facilitar a qualidade é um fator de humanização.
4- Conhecimentos de graduandos em enfermagem sobre língua brasileira de sinais (LIBRAS)	2015	SILVA, Maria Aparecida Mendes da; BENITO, Lincoln Agudo Oliveira.	O objetivo é observar o percentual de graduandos com conhecimento de enfermagem em LIBRAS.	Atualmente poucos profissionais não estão preparados para atender esses pacientes, o que dá ainda mais de relevância para a inclusão dessa matéria como obrigatória nas grades curriculares dos cursos.
5- O despertar do Enfermeiro em relação ao paciente portador de deficiência auditiva.	2010	CORRÊA, Carolina da Silva. et al	O objetivo é observar os problemas da importância na comunicação do enfermeiro com o paciente surdo.	Para que o indivíduo surdo desfrute dessa assistência plena é necessário que enfermeiros identifiquem os problemas enfrentados pelos deficientes auditivos e os corrijam tendo em base a LIBRAS como uma ferramenta de trabalho.

6- A Enfermagem e a utilização da língua brasileira de sinais no atendimento ao deficiente auditivo	2013	SILVA, Paulo Sergio et al	Observar os profissionais da área da saúde que presta atendimento pleno a pacientes com deficiência auditiva que por muitas vezes desconhecem a LIBRAS.	Quando um surdo chega a uma Unidade de saúde, eles deixam de ser atendido diversas vezes por maioria dos funcionários, por não terem o conhecimento da LIBRAS.
7- A Comunicação com o Paciente surdo: um desafio para a Enfermagem	2013	FERREIRA, Dayana Roberta da Conceição; HOLANDA, Manuelle de Araújo; LINHARES, Francisca Márcia Pereira.	A comunicação é de uma grande importância, pois consiste em uma ferramenta de auxílio para os profissionais de enfermagem durante o processo de coleta de dados, dos diagnósticos de enfermagem, na implementação das prescrições e na avaliação dos resultados.	Aos surdos não pode ser negado o direito de usufruir os benefícios de uma língua, assim os profissionais de saúde devem estar preparados para aceitar a diversidade humana e oferecer um adequado atendimento para os surdos no atendimento às suas necessidades.
8- Consultas de Enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual.	2015	ARAUJO, Camila Crisse Justino de;	Observar a pré-assistência que gera incapacidade para o desempenho da atividade e junto a isso a insatisfação do usuário surdo.	Mostra a necessidade de uma comunicação dos profissionais com os pacientes surdos ao qual é negligenciada.

9- Aspectos da Comunicação da Enfermeira com o deficiente auditivo	2007	PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; et al.	Observar o aperfeiçoamento da comunicação, que é sugerido no preparo profissional na graduação e cursos de LIBRAS.	Conforme se conclui, existe dificuldade da enfermeira ao se comunicar com o deficiente auditivo.
10- Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema?	2014	MAGRINA, Amanda Monteiro; SANTOS, Teresa Maria Momensohn.	Obter uma comunicação entre os profissionais da saúde e o paciente surdo.	Incentivar os funcionários ao aprendizado de novas práticas que possibilitem a entender melhor a surdez e conheçam as especificidades da cultura surda.
11- Formação profissional do enfermeiro e desafios éticos da profissão	2014	BARLEM, Edison Luiz Devos.	As situações do cotidiano do trabalho de enfermagem e as obrigações são percebidas de forma única pelos enfermeiros	A assistência da enfermagem voltada para os deficientes, tira o enfermeiro da sua vida cotidiana pois ele não está apto para a compreensão da LIBRAS.
12- Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde	2008	CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno.	O objetivo é abordar barreiras comunicativas, linguagem escrita e presença de intérprete em consulta.	Deixando a consulta sem o sigilo preservado, por não ter a eficácia da comunicação.

ASSISTÊNCIA AOS SURDOS NA SAÚDE

Segundo Ianni e Pereira 2009, Taccolini e Almeida 2012, Magrina e Santos 2014. Os gerentes demonstram desconforto com o tema, o que justifica a baixa adesão mesmo relatando grande interesse por iniciativas relacionadas à área, necessitando de recursos para desenvolvê-las. Os estudos da literatura sobre assistência aos surdos na saúde têm como finalidade mostrar as divergências ocasionadas sobre obter êxito em suas consultas, e explicar na prática como os surdos são tratados ao chegarem às unidades, pois é constante a rotina de exames ginecológicos, pré-natal, consulta com clínico dentre outros.

Na revisão bibliográfica de Oliveira, Lopes e Pinto 2009, Silva 2015, Araújo 2015, Pagliuca 2007, Barbosa Porto e Chaveiro 2008. Foi observado que os autores, buscou-se descrever a LIBRAS como método de comunicação entre os profissionais de saúde e o surdo, a análise teve por finalidade verificar que os surdos encontram muitas barreiras por não serem compreendidos e a falta de comunicação com os deficientes auditivos surge como um desafio aos profissionais que lhes prestam assistência à saúde.

Segundo Benito e Silva 2015, Correa 2010, Ferreira e Linhares 2013. O maior problema é causado por devido à falta de conhecimento da LIBRAS. No ensino superior é necessário a disciplina da LIBRAS para uma assistência de Enfermagem com maiores recursos contudo não há domínio do básico da LIBRAS e a maioria tenta se comunicar por meio de recursos impróprios e que não fazem parte da comunicação correta a assistência humanizada e de qualidade.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que é mínima a assistência ao surdo, tanto por não saber LIBRAS como também pela falta de sigilo das consultas, pois sempre terá que haver terceiros na hora do atendimento, causando até um desconforto para o paciente, evidencia a dificuldade devido à falta de conhecimento sobre a LIBRAS

Impossibilitando estabelecer uma comunicação efetiva foi observando que meados tantas leis a saúde encontra-se em processo de mudanças a serem

desenvolvidas, tanto para a realização desse atendimento como também apresenta grande interesse relacionado à área.

A necessidade da inclusão efetiva da pessoa surda, ao qual foi observado que há despreparo dos funcionários no atendimento, embora tenha várias leis, porém não é cumprida, para tantos este é um assunto pouco importante, e vale ressaltar que o processo de inclusão destes indivíduos em unidades de saúde é de tão importância para facilitar o convívio e a qualidade de vida tanto familiar como individual, para isso é preciso saber de novas formas de aprendizado como, por exemplo, a LIBRAS, levando assim a uma melhora.

THE RIGHT TO HEALTH OF THE DEAF: Ethical-operational challenges

ABSTRACT

This article addresses the importance of communication between nurses and the deaf in both health care and multiprofessional health interventions. Introducing how the disabled were treated in antiquity, also addressing the inclusion of them in society. Having as main objective to present the peculiarities that the patient and of the nursing team to which it jeopardizes the efficiency in its care for not knowing the Brazilian Language of signs (LIBRAS). This article deals with a bibliographic review where articles of the health area were searched with the following databases: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and Of the Virtual Health Library (VHL), with the following descriptors: Community Surd; LIBRAS; SUS; Humanization; Laws; Inclusion and Communication. Concluding that the article is based on finding a solution to the failure of nursing care and together with it to have an inclusion of LIBRAS in various areas of daily life, especially in health units, for this it is necessary to start in the undergraduate Inserting the LIBRAS as a compulsory discipline for the courses of the health area. Knowing that such solutions require political will and time, understanding that it will not be easy.

Keywords: Assistance. Communication. LIBRAS. Nursing.

REFERÊNCIAS

- A Língua Brasileira de Sinais na formação dos profissionais de Enfermagem, fisioterapia e odontologia no estado da Paraíba, Brasil. **Interface Comunic. Saúde Educ.**, v.16, p.995-1008, 2012. Disponível. Acesso em: 07/04/2017.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão Social e Municipalização. In: Eduardo José Manzini (Org.). **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, nº 21, p. 1- 10, 2003. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Disponível em: Acesso em: 24/02/2017.
- ARAÚJO, Camila Crisse Justino de et al. Consulta de Enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual. **ABCS Health Sci.**, São Paulo, v.40, n.1, p-38-44, 2015. Disponível em:
<<https://www.portalnepas.org.br/abcshs/article/view/702/667%3E>>. Acesso em: 07/08/2016.
- BRASIL. Providencia da Republica. **Lei nº 7853/89. Decreto nº 914/93.** Brasília. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência**, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Disponvel em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm> Acesso em: 07/04/2017
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> . Acesso em: 07/04/17
- BRASIL. Previdência da república. **LEI nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Disponível em: <
http://www.detro.rj.gov.br/uploads/arquivos/Lei_10098.pdf> Acesso em: 07/04/2017
- BRASIL. **Projeto de lei nº 4767/98.** Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Brasília, 1998^a.
- BRASIL. Ministério do BRASIL. **PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009.** Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Disponível em:<
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html> Acesso em:07/04/2017
- CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celso. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Rev. Esc. Enferm. USP.**, São Paulo, v.42, n.3, p.578-583, 2008. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a22.pdf>>. Acesso em: 15/10/2016.
- CORRÊA, Carolina da Silva et al. O despertar do enfermeiro em relação ao paciente portador de deficiência auditiva. **Rev. Pesq. Cuidado é fundamental [Online], Rio de Janeiro**, v.2, n.2, p. 758-69, 2010. Disponível em:<
http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/490/pdf_14> . Acesso em: 15/10/2016

DANTAS, Thayana Rose de Araújo et al. Comunicação entre a equipe de Enfermagem e pessoas com deficiência auditiva. **Rev. Enferm. UERJ.**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.169-174, 2014. Disponível em:< <http://www.facenf.uerj.br/v22n2/v22n2a04.pdf>> . Acesso em: 01/03/2017.

Decreto nº 3.298, de 20/12/99 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 07/04/2017.

Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> . Acesso em: 01/03/2017.

FERREIRA, Dayana Roberta da Conceição; HOLANDA, Manuelle Araújo; LINHARES, Francisca Márcia Pereira. A comunicação com o paciente surdo: um desafio para a Enfermagem. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA**, 17., Natal, 2013. **Anais...**Natal: ABEN, 2013. Disponível em:< http://www.abeneventos.com.br/anais_senpe/17senpe/pdf/1714po.pdf > . Acesso em: 15/10/2016.

IANNI, Aurea; Pereira, Cristina Andrade. Acesso da Comunidade surda á rede básica de saúde. **Rev. UPS.** São Paulo, V.18, n. 2, p-89 -91. Disponível em: < www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/29582/31449> Acesso em: 07/08/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Disponível em:< biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 01/03/2017

MAGRINI, Amanda Monteiro; SANTOS, Tereza Maria Momensohn dos. Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema? **Disturb. comum**, São Paulo, v.26, n.3, p.550-558, 2014. Disponível em: Acesso em:< <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14880/15215>> Acesso em: 15/10/2016.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v.17, n.4, p.758-764, 2008. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>> . Acesso em: 15/10/2016.

OLIVEIRA, Herina Rodrigues; LOPES, Keylla Silva; PINTO, Neila Maria de Moraes. Percepção da equipe de Enfermagem acerca da assistência prestada ao deficiente auditivo. **Rev. Enferm. Integ.**, Ipatinga/MG, v.2, n.1, p.165-175, 2009. Disponível em:< https://www.unilestemg.br/Enfermagemintegrada/artigo/v2/Herina_oliveira_Keylla_lo > . Acesso em: 15/10/2016.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; FIÚZA, Nara Ligia Gregório; REBOUÇAS, Cristina Brasil de Almeida. Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. **Rev. Esc. Enferm. USP.**, São Paulo, v.41, n.3, p.346-354, 2007. Disponível em: . Acesso em: 07/10/2016.

ROSA, Carmelita Gomes; BARBOSA, Maria Alves; BACHION, Maria Márcia. Comunicação da equipe de Enfermagem com deficiente auditivo com surdez severa: um estudo exploratório. **Rev. Eletr. Enferm., [Online]**, Goiânia-GO, v.2, n.2, p.1518-1944, 2000. Disponível em: < https://www.fen.ufg.br/fen_revista/revista2_2/melita.html >. Acesso em:27/10/2016

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: **Revista Nacional de Reabilitação**, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, pp. 6-9. Disponível em:< http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/deficiencia/Nomenclatura_na_area_da_surdez.pdf> Acesso em: 07/04/2017

SILVA, Maria Aparecida Mendes; BENITO, Lincon Agudo Oliveira. Conhecimento de graduandos em enfermagem sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). **Universitas ciências da saúde**. V.14, n 1, p- 23-30. Disponível em:< <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/>> acesso em: 14/08/2016.

SILVA, Paulo Sérgio da; BASSO, Neusa Aparecida de Sousa; FERNANDES, Sônia Regina Chaves Martines. A Enfermagem e a utilização da língua brasileira de sinais no atendimento ao deficiente auditivo. **Rev. UNINGÁ Review**, v.17, n.1, p.5-12, janmar. 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n3/10.pdf>>. Acesso em: 15/10/2016

TORRES, E.F.; MAZZONI, A.A.; MELLO, A.G. Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa**, v.33, n.2, p.369-385, 2007. Disponível em: < [scielo.br/pdf/ep/v33n2/a13v33n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a13v33n2.pdf)>. Acesso em: 07/04/2017

TRECOSSI, M.O.; ORTIGARA, E.P.F. Importância e eficácia das consultas de enfermagem ao paciente surdo. **Rev enferm. URI**. 2013; 9(9): 60-69. 2013. Disponível em:< file:///C:/Users/Convidado/Downloads/938-5115-2-PB.pdf> Acesso em: 27/10/ 2016.